ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-02-05	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2018.02.05 16:41:26 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1035 / XIII (3 .ª)

Assunto: Pede esclarecimentos ao governo sobre quando é que prevê assegurar o princípio do 'trabalho igual, salário igual' a todos os trabalhadores do Departamento de Identificação Civil do Instituto dos Registos e do Notariado

Destinatário: Min. da Justiça

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, IP), é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem por missão executar e acompanhar as políticas relativas aos serviços de registo, tendo em vista assegurar a prestação de serviços aos cidadãos e às empresas no âmbito da identificação civil e do registo civil, de nacionalidade, predial, comercial, de bens móveis e de pessoas coletivas, bem como assegurar a regulação, controlo e fiscalização da atividade notarial.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, através de um grupo de funcionários do Departamento de Identificação Civil do Instituto dos Registos e do Notariado, tomou conhecimento da situação de 82 trabalhadores que pretendem ser integrados na carreira específica dos registos e notariado, pois desde 2001 que se encontram numa situação contratual e remuneratória inferior à dos seus colegas oriundos das Conservatórias, que executam as mesmas funções, porém, com salários significativamente superiores.

Os funcionários do Departamento de Identificação Civil do Instituto dos Registos e Notariado são funcionários da administração central do Estado, pertencentes à carreira do regime geral da administração pública.

Na sequência da apresentação de um projeto de integração do então Centro de Identificação Civil e Criminal na Direção Geral dos Registos e Notariado o então Ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, veio prever a integração dos seus funcionários na carreira especial de registos e notariado, objetivo que não logrou concretizar.

Mais tarde, já com António Costa (atual primeiro-ministro) como Ministro da Justiça, como a integração dos trabalhadores na carreira específica ainda não se tinha verificado e a questão foi novamente colocada, face aos argumentos apresentados o governo decidiu pedir um parecer arbitral a um conhecido escritório de advogados, do qual acabou por resultar a aceitação da pretensão dos funcionários por parte do Ministério da Justiça, tendo para o efeito sido inclusivamente firmado um acordo entre as partes envolvidas, então subscrito por parte da tutela

pelo então Secretário de Estado da Justiça, Diogo Lacerda Machado.

Todavia, o Estado Português, que através de um governo socialista assumiu o compromisso de concretizar a integração na carreira especial dos funcionários do Departamento de Identificação Civil do IRN - por forma a garantir-lhes o princípio constitucional e universal do "*trabalho igual, salário igual*" - não cumpriu, continuando igual a situação destes trabalhadores, ainda hoje pendentes de integração na carreira específica dos registos e notariado.

Depois do anterior executivo ter sido obrigado a cumprir os ditames da Troica, chamada a Portugal por um também governo socialista, então liderado por José Sócrates, depois do país ter sido salvo pelo PSD/CDS da banca rota e devolvido a um processo de crescimento, de redução do desemprego e de reposição de rendimentos, esperava-se que a atual coligação parlamentar PS/BE/PCP resolvesse esta problemática – e já devia tê-lo feito – algo que os subscritores considera seria da mais elementar justiça.

O "*trabalho igual, salário igual*", a igualdade, tem de passar ser mais do que retórica das esquerdas "*para comunicação social passar*", "*retórica do parece-bem*", para se começar a traduzir em coisas concretas para as pessoas, em soluções e em justiça também para os servidores do Estado, sob pena de termos todos de concluir que, para o atual governo, para as esquerdas na sua coligação parlamentar, é a hipocrisia que deve prevalecer sobre os princípios.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar à Ministra da Justiça, através de V. Exa.:
1 – O atual governo, tem ou não referenciada esta situação?
2 - Quais são as condicionantes da sua resolução e isso vai ou não ser feito até ao final da sessão legislativa?
3 – Quando e como pretende o governo agir, no sentido de assegurar que, relativamente aos funcionários do Departamento de Identificação Civil do Instituto dos Registos e do Notariado, passará a ser assegurado o princípio do "*trabalho igual, salário igual*"?

Palácio de São Bento, 2 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

Deputado(a)s

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.